



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

**EXMO(A). SR(A). DR(A). JUIZ(A) FEDERAL DA 5ª VARA FEDERAL CRIMINAL
DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**

Inquérito Policial nº: 5033892-10.2018.4.02.5101

Outras referências: (5034341-65.2018.4.02.5101 – Busca e Apreensão); (5034342-50.2018.4.02.5101 – Quebra de Sigilo de Dados e Telemático); (5034350-27.2018.4.02.5101 – Prisão Preventiva)

O **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**, através do Procurador da República que esta subscreve, no uso de suas atribuições legais, vem oferecer

DENÚNCIA

em face de

ANTÔNIO CARLOS ALVES CORREIA, brasileiro, militar inativo, filho de [REDACTED], [REDACTED] id [REDACTED], inscrito no CPF sob nº .1 residente à Rua [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED] [REDACTED]



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

██

██████████, Cep nº ██████████

pela prática da seguinte conduta delituosa:

Entre os dias 31 de setembro e 19 de outubro de 2018, durante o período de propaganda eleitoral, ANTÔNIO CARLOS ALVES CORREIA publicou em seu canal de vídeos na rede social Youtube um total de 8 (oito) vídeos, por meio dos quais incita animosidade entre as Forças Armadas e outras instituições civis, sobretudo o Poder Judiciário.

I – DOS FATOS

Cuida-se de inquérito policial instaurado a partir de requisição da Presidente do Tribunal Superior Eleitoral - TSE, Ministra Rosa Weber (Evento 1, Promoção 1), cujo propósito era apurar eventual prática de conduta criminosa por parte de ANTÔNIO CARLOS ALVES CORREIA, Coronel da Reserva do Exército Brasileiro, ante a notícia de que este publicou vídeos através de uma rede social na internet, proferindo ofensas e ameaças a diferentes agentes públicos, incitando as Forças Armadas Brasileiras a adotarem postura ofensiva ao regime representativo e democrático.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Narram os autos que, entre os dias 31 de setembro e 19 de outubro de 2018, em pleno período de campanha eleitoral, o acusado, autoproclamado apoiador do então candidato à Presidência da República Jair Bolsonaro, publicou através do seu canal no Youtube¹, um total de 8 (oito) vídeos permeando ofensas e ameaças a agentes públicos e instituições, em especial o Supremo Tribunal Federal e o Tribunal Superior Eleitoral.

No âmbito das investigações foram autorizadas por este Juízo as medidas cautelares de busca e apreensão na residência do investigado (autos nº 5034341-65.2018.4.02.5101), afastamento do sigilo telemático (autos nº 5034342-50.2018.4.02.5101) e monitoramento eletrônico do acusado (autos nº 503435027.2018.4.02.5101), sendo que esta última medida veio a ser substituída, em 14/05/2019 (Evento 33), por outras medidas restritivas de locomoção (proibição de ausentar-se da seção judiciária sem prévia autorização judicial e obrigação de comparecimento ao juízo para informar e justificar atividades).

Como resultado da medida de busca e apreensão, foram apreendidos na residência do acusado 8 (oito) dispositivos eletrônicos, sendo quatro aparelhos de telefone celular, um HD externo e três computadores portáteis (itens 6 a 8), todos elencados no Auto de Apreensão nº 893/2018 (Evento 7 dos autos nº 5034341-65.2018.4.02.5101).

Já com o quebra do sigilo telemático, tais dispositivos eletrônicos foram periciados pela equipe técnica da Polícia Federal, sendo acostados ao feito 8 (oito) laudos e 1 (uma) informação técnica (Evento 65²), valendo destacar que somente os Laudos nº 2808/2018 e

¹ <https://www.youtube.com/channel/UCZO0BPsBLZqIygyKjsJb-g>

² 1) Laudo Pericial 2790/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;
2) Laudo Pericial 2795/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;
3) Laudo Pericial 2804/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;
4) Laudo Pericial 2808/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;
5) Laudo Pericial 2814/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;
6) Laudo Pericial 2829/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

2835/2018 produziram algum elemento de prova relevante à instrução, na medida em que relatam terem sido encontrados em um computador portátil e um celular do acusado outros 30 (trinta) arquivos de vídeos gravados pelo mesmo em circunstâncias muito similares aos vídeos tratados na denúncia.

No que se refere especificamente ao conteúdo dos vídeos publicados pelo acusado em seu canal no Youtube e que fazem parte da narrativa acusatória, cabe destacar os seguintes trechos:

VÍDEO Nº 1 - Publicado em 30/09/2018, intitulado “RECADO PARA JOSÉ DIRCEU E O STF”.

“(…) Agora, o principal culpado, os principais bandidos da história da sujeira da República do Brasil, é o Supremo Tribunal Federal. O Dias Tóffoli, esse advogadozinho medíocre, que hoje se arvora como presidente do Supremo Tribunal Federal... Como o Supremo baixou seu nível... um advogadozinho de porta de cadeia, um laçao do José Dirceu, um palerma, um idiota total que não sabe de leis, soltou, perdoou um criminoso comprovadamente culpado a mais de 40 anos de cadeia, esse vagabundo do Dias Tóffoli, ele solta o José Dirceu. Que agora está lá na Espanha. Deu uma declaração para o El País, um jornal espanhol, que o PT vai tomar o poder”.

(...) “Os militares estão na deles, calados, não nos provoquem. Supremo Tribunal Federal, Dias Tóffoli, Lewandowski, seu

7) Laudo Pericial 2835/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;

8) Laudo Pericial 2856/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ;

9) Informação Técnica 248/2018–NUCRIM/SETEC/SR/PF/RJ.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

vagabundo, está tentando libertar o Lula, não faça isso. Não nos provoque. Lewandowski, Gilmar Mendes, Dias Tóffoli e Marco Aurélio Mello, vocês quatro aí, os quatro piores bandidos do Supremo. Não nos provoquem. Se houver alguma tragédia nesse país, uma guerra civil, ou pior, vocês serão os únicos culpados“.

(...) “Vocês não sabem o que podem vir pra vocês. Vocês não sabem quem tá atrás aqui de mim. Vocês não sabem de nada. Eu não sou qualquer um, eu sou um coronel do exército brasileiro e atrás de mim tem uma estrutura gigantesca”.

VÍDEO Nº 2 – Publicado em 03/10/2018, intitulado “MAJOR COSTA E SILVA CANDIDATO AO GOVERNO DE SÃO PAULO SOFRE UM ATENTADO”.

(...) “Se houver 2º turno, e lá na frente o Bolsonaro perder, nós vamos entrar em ação. Aí chega, né, porra?! (...) É pra gente invadir o Congresso Nacional, tirar o presidente ilegítimo, e colocar o Bolsonaro na cadeira, que é o lugar dele. (...) Aí vai ter briga, aí vai ter intervenção sim. Porque eu já falei e repito aqui.

Hoje eu não tô sozinho, não. (...) Se Bolsonaro não ganhar, pode contar, a intervenção virá. O povo brasileiro vai pra Brasília exigir do comandante de plantão lá no alto comando do exército”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

**VÍDEO Nº 3 – Publicado em 06/10/2018, intitulado “O AMANHÃ
DEPENDERÁ DE NÓS A LIBERTAÇÃO DO BRASIL! VAMOS
ELEGER BOLSONARO NO PRIMEIRO TURNO”.**

(...) “Atenção, oficiais e praças da reserva. Vamos chiar. Não é possível que agora a gente fique aí feito um bando de bunda mole aceitando o resultado das urnas fraudadas. Olha aqui, é como Bolsonaro falou, a gente aceita uma derrota quando ela é limpa. (...) vamos perder no tapetão para esses vagabundos? Ah, não vamos quebrar tudo. Vamos partir para cima desses caras. Nós não aceitaremos. (...) se o pessoal jogar sujo e der golpe, vamos tomar. Porque vocês querem tomar na mão grande, não vamos deixar não. Vamos tocar o zaralho nisso aqui. Não Vamos deixar”.

**VÍDEO Nº 4 – Publicado em 07/10/2018, intitulado “URGENTE
EXIGIMOS QUE AS FORÇAS ARMADAS AUDITEM O
SERVIDOR DO TSE E TAMBÉM O VOTO IMPRESSO”.**

“(...) Vem bomba por aí. E esse Supremo Tribunal Federal, como falou o Gen. Lessa, pode levar o nosso país a uma guerra civil sem precedentes. Mas, numa guerra civil, os primeiros a serem mortos serão eles. Vamos atrás deles, pessoal. Os primeiros a morrer têm que ser esses inimigos. Numa guerra vale tudo. Vamos a Brasília, cercamos aquele Tribunal Superior Eleitoral, Supremo Tribunal Federal, prendemos esses caras. Se resistirem à prisão, morrem”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

**VÍDEO Nº 5 – Publicado em 17/10/2018, intitulado “ALERTA TSE
ARMANDO NOVO GOLPE CONTRA A DEMOCRACIA”.**

(...) “Porque os 11 ministros do STF, aqueles 11 estão ricos, mas muito, muito ricos. Eles estão tão ricos que ao ponto de fazer loucuras. Eles estão ricos às custas da miséria alheia. (...) Aqueles 11 ministros, comunistas, satanistas, traidores do povo e da sua pátria, não querem perder a boca. Querem manter esse regime sórdido e sujo de poder. Eu denuncio isto. Eu denuncio Raul Jungmann como comparsa dessa quadrilha como um dos comparsas, dos cúmplices desta bandidagem toda”.

**VÍDEO Nº 6 – Publicado em 18/10/2018, intitulado “QUEM NÃO
DEVE NÃO TEMER ROSA WEBER”.**

(...) “Gente, o negócio tá feio mesmo e não tem como esconder. Vai pipocar essa semana nas redes. Muita coisa, muita informação aí. Mas a esperança é que, aquilo que eu estou falando, que ele ganhe independente de qual porcentagem dos votos para não derrubar a República. Acho até que a Rosa Weber já está ciente disso. Então que não vai ter virada de mesa. Que não vai ter como o PT fazer esse sistema. O corte de criptografia já está mantido na urna e não tem como abrir as urnas. O que pode acontecer na pior das hipóteses ou o Bolsonaro ganhar com 56% dos votos válidos, 54, 56, e o Haddad 48% como foi o Aécio e a Dilma como teve da outra vez na outra eleição que terminou com um pouquinho a mais de vantagem”.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

VÍDEO Nº 7 – Publicado em 19/10/2018, intitulado “PT, PSOL E PARTIDOS DE ESQUERDA QUEREM CALAR O WHATSAPP NAS ELEIÇÕES DE SEGUNDO TURNO”.

(...) “E esta salafrária [Rosa Weber], esta corrupta, esta ministra corrupta e incompetente. Se ela fosse uma mulher séria, se ela fosse uma mulher patriótica, se ela não devesse nada para ninguém, ela nem receberia essa cambada no TSE. (...) Olha aqui, ô Rosa Weber, eu vou te falar uma coisa aqui TSE e Supremo Tribunal Federal. Primeiro que eu falo mesmo, não tenho medo de você, não tenho medo de ninguém. Já falei uma vez, falo 2 falo 10 mil vezes. E hoje estou autorizado para dar uma informação bem *en passant* para vocês. Só a cabecinha, Rosa Weber. Só a cabecinha.

(...) “Porque se Haddad for eleito presidente da república, eu, como intervencionista, e milhões de brasileiros ficaremos com dúvida e só temos uma maneira de tirar esta dúvida, é no pau. E mesmo com o brasileiro desarmado, nós temos aqui faca, foice, martelo, temos o diabo, pedra, seus vagabundos, seus canalhas”.

VÍDEO Nº 8 – Publicado em 19/10/2018, intitulado “ALERTA! TSE, STF, PT, PDT E GLOBO PODEM PROVOCAR UMA GRANDE CONVULSÃO SOCIAL NO PAÍS! GOLPE NO AR!”.

(...) “Antes eu morrer combatendo, mas levando um monte de vocês comigo. Eu não tenho medo da morte, até porque eu sou cristão, eu tenho certeza que o meu redentor vive. Quando eu tombar, quando eu morrer, o meu Senhor Jesus vai me recolher e acolher nos braços



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

dele. (...) Rosa Weber, muito cuidado. Tua batata está assando. Supremo Tribunal Federal, aguardem. Não adianta. Haddad tem que fazer um milhão de votos por dia pelo menos. Não consegue. Estamos de olho em vocês. Não tentem nenhum golpe, porque as vítimas certamente serão vocês. Uma boa noite a todos”.

Em depoimento prestado em sede policial no dia 31/10/2018 (Evento 21), ANTÔNIO CARLOS ALVES CORREIA confirmou a autoria dos vídeos acima referidos, chegando, inclusive, a reconhecer que se excedeu nas manifestações e extrapolou os limites da sua liberdade de expressão, justificando-se, de certa forma, com menção ao fato de que o país passava por um momento político tenso, o que lhe teria provocado forte indignação, impulsionado-o a veicular tais manifestações dessa ordem. Sobre as perguntas acerca do conteúdo específico de cada um dos vídeos, o acusado preferiu exercer seu direito de permanecer em silêncio.

Sendo assim, uma vez concluída a investigação, resta adequadamente delineada a materialidade e autoria de conduta criminalmente relevante assumida por ANTÔNIO CARLOS ALVES CORREIA, cuja tipificação será tratada logo adiante.

II – DA CAPITULAÇÃO DA CONDUTA TÍPICA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

1 – O CONTEXTO FÁTICO E DO NÚMERO DE CONDUTAS

Cumprе salientar preliminarmente à identificação da incidência típica o contexto dentro do qual foram desenvolvidas as ações que são objeto de imputação nesses autos, em especial face à multiplicidade de condutas ventiladas quando da instauração do Inquérito Policial.¹

Os vídeos foram publicados no período mediado entre os dias 31 de setembro e 19 de outubro de 2018, isto é, durante a campanha eleitoral onde os ânimos se recrudesceram de sobremaneira entre partidários do candidato vencedor e aquele que com ele disputou o segundo turno. O acirramento dos ânimos, em especial nas redes sociais, teve no ataque sofrido pelo então candidato Jair Messias Bolsonaro uma manifestação concreta do ambiente em que desenvolveram as condutas.

A necessidade de compreensão da conduta penalmente relevante em seu contexto e frente ao quadro normativo é fundamental para o encontro da natureza de sentido empreendido no comportamento humano.

Neste sentido se pronuncia Miguel Polaino Navarrete:

La discusión existente en torno a la **natureza del sentido** [...] es equivalente a la que existe en la literatura penalista en torno a la naturaleza **ontológica** de los conceptos penales (bien jurídico, acción, causalidad, imputación, etc.). Esta controversia entre **ontologismo** y **normativismo** debe ser relativizada. Y ello porque únicamente abre la puerta a enconadas polémicas que poco o nada aportan a la solución de la problemática jurídico-penal. (**POLAINO NAVARRETE, Miguel. Lecciones de Derecho Penal, Parte General, Tomo II. 2. edición. Madrid: Editorial Tecnos, 2016, p. 77**)²

¹ - É conveniente observar que quando da instauração do respectivo inquérito policial cogitou a autoridade policial da prática de diferentes tipos penais relacionados à tutela da honra e da liberdade individual dos agentes públicos citados pelo acusado (arts. 138, 139, 140, 146 e 147 do Código Penal), assim como à preservação da segurança nacional (arts. 18, 26 e 28 da Lei 7.170/83).

² - Em tradução livre: A discussão existente sobre a natureza do significado [...] é equivalente ao que existe na literatura criminal sobre a natureza ontológica dos conceitos criminais (bem jurídico, ação, causalidade, imputação, etc.). Essa controvérsia entre ontologismo e normativismo deve ser relativizada. E isso porque só



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Deste modo, urge que se encontre o sentido típico das ações empreendidas para que se possa com firmeza lançar a imputação.

E prossegue o catedrático da Universidade de Sevilha em sua lição:

Del mismo modo que el legislador **no cre la vida** (el sujeto vivia antes y con independencia del legislador penal), sino precisamente la **relevancia penal** de esa vida, en tanto bien jurídico objeto de tutela **típica** (esto es, jurídico-penal), también aquí la existencia de un **sentido preidiomático** nos desdice el hecho de que sea **efectivamente** el lenguaje el que crea el próprio sentido de unos sonidos articulados en función del contexto gramatical o situacional en que se insertan. Esta idea se ve acentuada por el hecho de que, con independencia de que un concreto significante *a priori* goce de diferentes significados, el verdadero sentido del vocablo en cuestión no podrá predecirse con anterioridad, sino exactamente en **función del contexto** en que se expresa. En definitiva, el debate entre ontologismo y normativismo muestra, en mi opinión, **signos de haberse agotado** en la actualidad, no obstante su importancia pasada en la evolución de la Dogmática jurídico-penal. (POLAINO NAVARRETE, Miguel. **Lecciones de Derecho Penal, Parte General**, Tomo II. 2. edición. Madrid: Editorial Tecnos, 2016, p. 77)³

abre as portas para amargas controvérsias que pouco ou nada contribuem para a solução do problema jurídicocriminal.

³ Em tradução livre: Da mesma forma que o legislador não criou vida (o sujeito vive antes e com independência do legislador criminal), mas precisamente a relevância criminal dessa vida, como objeto legal de tutela típica (isto é, legal-criminal), também aqui a existência de um sentido pré-idiomático desdenha o fato de que é, de fato, a linguagem que cria o sentido apropriado de sons articulados, dependendo do contexto gramatical ou situacional em que eles estão inseridos.

Essa ideia é acentuada pelo fato de que, independentemente de um concreto significativo a priori ter significados diferentes, o verdadeiro significado da palavra em questão não pode ser previsto antes, mas exatamente dependendo do contexto em que ela é expressa. Em suma, o debate entre ontologismo e normativismo mostra, na minha opinião, sinais de ter se exaurido no momento, apesar de sua importância passada na evolução da dogmática jurídico-criminal.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Posta a questão nesses termos, mais do que as palavras articuladas em cada um dos vídeos lançados, é necessário ter presente o sentido que lhes dá o contexto, sob pena de não se captar nesses autos a realidade posta.

Pois bem.

Não bastasse a tensão natural a qualquer processo eleitoral, o país, desde 2014, vem experimentando uma preocupante onda de radicalização política e ideológica a provocar manifestações extremadas, em especial em ambientes de redes sociais, tem tensionado o funcionamento do sistema de justiça criminal por submetê-lo a apreciação de fatos que em outros contextos seriam desprovidos de qualquer relevância.

Foi nesse cenário social e político que o acusado então, sempre destacando sua condição de coronel da reserva, resolveu publicar os vídeos aqui tratados, restando evidenciado, pelo teor de suas manifestações, que sua intenção primordial era criar animosidade entre membros das Forças Armadas – mas sem se restringir a estes – e o Supremo Tribunal Federal.

O próprio denunciado reconheceu em seu interrogatório que o momento político tenso o impulsionou a tais pronunciamentos: *“que destaca que tal ocorreu em razão do momento político tenso pelo qual estava passando o país, tendo o interrogado chegado a seus limites de paciência e indignação com relação a diversas situações ali narradas.”*⁴

Para fomentar a citada animosidade se valeu de supostas ameaças à liberdade individual e ataques à honra de ministros da corte, mas também de afirmações de descrédito à higidez do processo eleitoral como um todo.

É o que se pode extrair dos trechos de suas manifestações acima destacados.

⁴ - fls. 8 – Relatório final do IPL.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Para além da descortesia, da desfaçatez das manifestações, é preciso compreender o conteúdo delas pelo todo, não por suas partes, o que levaria a uma múltipla incidência e, inclusive, ao afastamento da tipicidade de certos delitos, como de ameaça, em favor do constrangimento ilegal⁵

Porém, é na lição de Zaffaroni e Pierangeli que se deve encontrar o caminho da imputação:

Na nossa maneira de ver, partindo, na teoria do crime, de um ponto de vista realista, e considerando as disposições dos arts. 69 a 72, do Código Penal, como regras para a individualização da pena, tem-se que o Código vigente adotou, como regra, no art. 69, para aplicação das penas, no concurso material, a cumulação aritmética, pelo que podemos chamá-lo de *concurso material simples*. **No art. 71, não existe regra para o crime continuado e sim uma hipótese de falso crime continuado ou concurso material atenuado**, que estabelece o sistema de pena de acordo com a regra da exasperação [...]. (ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro, volume 1: parte geral*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 616). (em grifo no original)

Nessa linha, por uma consideração da existência de um plano comum, a denotar um enfrentamento mais grave da ordem jurídica do que propriamente um enfrentamento menor adequável a cada uma das pretensas condutas realizadas individualmente, é que se deve identificar um único comportamento típico.

É o que explicam sobre a terminologia de *verdadeiro delito continuado*:

Um exame cuidadoso dos tipos penais pode levar à conclusão de que existem alguns deles em que a repetição das condutas típicas não implica um concurso real,

⁵ - Como assenta Hungria, diversamente do crime de constrangimento ilegal, que é material (exige a ocorrência do resultado de afetação do bem jurídico), a ameaça é crime formal, esgota-se em si mesma. Destarte, se as ameaças são contextualizadas para provocar ação ou omissão o que se tem é constrangimento ilegal. Neste sentido: HUNGRIA, Nelso. *Comentários ao Código Penal, Vol. VI: arts. 137 a 154. 4ª ed.*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1958, p. 146-185.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

e, sim, um maior choque da conduta típica contra o direito, isto é, um maior conteúdo de injusto da conduta. Isto se deduz porque a interpretação dos tipos no sentido de que a repetição dá lugar a um concurso real, leva a resultados absurdos e que entram em colisão com o princípio da racionalidade da pena. **(ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro, volume 1: parte geral*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 619).**

E exemplificam para dar concretude à compreensão dogmática:

Basta pensar na hipótese de quem, durante seis meses, subtrai diariamente uma pequena quantidade de dinheiro, com o propósito de apoderar-se de uma soma total que não pode subtrair numa única oportunidade porque seria descoberto. Conforme o outro critério interpretativo, cometeria cento e oitenta furtos e, de acordo com a regra do art. 69, *caput*, do CP, poderia ser punido com trinta anos de prisão. Aquele que falsifica papel-moeda (art. 289 do CP) durante oito horas diárias, cometeria tantas falsificações quantos rolos de papel falso termine. Do ponto de vista da norma que dá origem ao tipo, não há dúvida de que, nestes casos, o entendimento razoável é sustentar que se agrava o injusto, e não que há um concurso real. [...] Nos casos em que a interpretação racional dos tipos indica ser muito mais lógico pensar-se numa única conduta, vemos que, de regra, a repetição ou reiteração constitui uma verdadeira modalidade de execução, ou de prática do crime no caso concreto. Em razão disso, é perfeitamente explicável que o verdadeiro crime continuado, que não é uma ficção, mas uma realidade ôntica, não possa ser contido numa fórmula legal, não somente no Brasil, mas também em muitas legislações, o qual é produto de elaboração da doutrina e da jurisprudência. **(ZAFFARONI, Eugenio Raúl; PIERANGELI, José Henrique. *Manual de Direito Penal Brasileiro, volume 1: parte geral*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 619).**

Como soa evidente, em tempos de sociedade da informação que tem na *internet* o motor propulsor da circulação da informação, servidores públicos, que sempre estiveram sujeitos ao escrutínio público, passam a ser ainda mais contrastados frente a suas posturas públicas e mesmo privadas.

Disso não escapam os ministros de Tribunais Superiores, inclusive do Supremo Tribunal Federal, pois ao cidadão é dado indignar-se e, nessa nova sociedade da *internet* reclamar frente a posturas que colidem com seu próprio senso de justiça.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Entender essa realidade não é tarefa simples, como deixou claro Pasquale.⁶ A liberdade ali existente propicia um ambiente profícuo à reiteração de comportamentos que não sofrem nenhum filtro imediato.

Por mais que a mensagem tenha o potencial de atingir milhares de pessoas, não há nenhuma contenção à manifestação lançada.

Por isso, mais uma vez, a compreensão da conduta passa por Zaffaroni e Pierangeli:

O dado ôntico mais elementar e primário de qualquer unidade de conduta é o *fator psicológico* ou *fator final*, isto é, uma unidade de dolo ou de resolução, uma resolução ou *dolo unitário* [...]. Além do fator final, ou dolo unitário no aspecto subjetivo, no objetivo requer-se a identidade do bem jurídico tutelado e a identidade do tipo em que incorre a conduta, ainda que este último requisito seja relativo, pois pode ocorrer continuidade com tipos qualificados e básicos. A continuidade temporal e espacial também não é um requisito invariável no delito continuado, mas pode ser um indício de continuidade. (ZAFFARONI, **Eugenio Raúl**; PIERANGELI, **José Henrique**. *Manual de Direito Penal Brasileiro, volume 1: parte geral*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2007, p. 620/621).

2 – DA SUBSUNÇÃO TÍPICA

Os fatos guardam pertinência com o art. 23, II da Lei 7.170/83⁷ e não com a multiplicidade de condutas veiculadas pela autoridade policial em seu relatório. Nestes termos, as injúrias pretensamente cometidas são absorvidas (princípio da consunção) pois inseridas num

⁶ PASQUALE, Frank. *Black box society: the secret algorithms that control money and information*. Harvard University Press, 2015.

⁷ Art. 23 - Incitar:

[...] II - à animosidade entre as Forças Armadas ou entre estas e as classes sociais ou as instituições civis; Pena: reclusão, de 1 a 4 anos.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

contexto mais grave, o crime contra a segurança nacional, e destinadas a colorir-lhe o contexto justificador.

É sabido que o enquadramento das condutas nos crimes da Lei 7.170/83 pressupõe o preenchimento de requisitos subjetivo e objetivo:

“Da conjugação dos arts. 1º e 2º da Lei nº 7.170/83, extraem-se dois requisitos, de ordem subjetiva e objetiva: i) motivação e objetivos políticos do agente, e ii) lesão real ou potencial à integridade territorial, à soberania nacional, ao regime representativo e democrático, à Federação ou ao Estado de Direito. Precedentes” (RC 1472, Tribunal Pleno, Rel. Min. Dias Toffoli, Rev. Ministro Luiz Fux, unânime, j. 25/05/2016).

Cumpre salientar que, embora não seja fácil investigar o elemento subjetivo da conduta humana, o comportamento do denunciado de confrontar instituições como o TSE e o STF vai além do inconformismo legítimo de qualquer cidadão. Ao que parece, sua conduta se dirigiu a incitar militares a uma reação frente ao que supunha se avizinhar, um suposto prejuízo ao candidato Jair Bolsonaro no pleito.

É o que se colhe do vídeo postado na véspera do primeiro turno da eleição presidencial de 2018:

“Atenção, oficiais e praças da reserva. Vamos chiar. Não é possível que agora a gente fique aí feito um bando de bunda mole aceitando o resultado das urnas fraudadas. Olha aqui, é como Bolsonaro falou, a gente aceita uma derrota quando



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

ela é limpa. (...) vamos perder no tapetão para esses vagabundos? Ah, não vamos quebrar tudo. Vamos partir para cima desses caras.⁸

Toda a intimidação lançada nos sucessivos vídeos, além de vocacionar um inconformismo com a atuação dos Tribunais, estimula uma animosidade entre as Forças Armadas e tais Tribunais.

É o que se pode extrair dos sucessivos extratos abaixo destacados:

Hoje eu não tô sozinho, não. (...) **Se Bolsonaro não ganhar, pode contar, a intervenção virá.** O povo brasileiro vai pra Brasília exigir do comandante de plantão lá no alto comando do exército.
(03/10/2018)

Vem bomba por aí. E **esse Supremo Tribunal Federal, como falou o Gen. Lessa, pode levar o nosso país a uma guerra civil** sem precedentes. **Mas, numa guerra civil, os primeiros a serem mortos serão eles. Vamos atrás deles, pessoal.** Os primeiros a morrer têm que ser esses inimigos. Numa guerra vale tudo.
(07/10/2018)

Aqueles 11 ministros, comunistas, satanistas, traidores do povo e da sua pátria, não querem perder a boca. **Querem manter esse regime sórdido e sujo de poder.** (17/10/2018)

⁸ - VÍDEO Nº 3 – Publicado em 06/10/2018.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Gente, o negócio tá feio mesmo e não tem como esconder. Vai pipocar essa semana nas redes. Muita coisa, muita informação aí. **Mas a esperança é que**, aquilo que eu estou falando, **que ele ganhe** independente de qual porcentagem dos votos **para não derrubar a República**. (18/10/2018)

“Porque **se Haddad for eleito presidente da república, eu, como intervencionista**, e milhões de brasileiros ficaremos com dúvida e **só temos uma maneira de tirar esta dúvida, é no pau**. (19/10/2018)

Rosa Weber, muito cuidado. Tua batata está assando. Supremo Tribunal Federal, aguardem. Não adianta. Haddad tem que fazer um milhão de votos por dia pelo menos. Não consegue. Estamos de olho em vocês. **Não tentem nenhum golpe, porque as vítimas certamente serão vocês.** (19/10/2018)

Todos esses extratos conferem uma uniformidade de dolo, um plano final consistente em constranger os Tribunais Superiores a não prejudicar o candidato de simpatia do denunciado por meio da incitação das Forças Armadas a agirem.

Assim, ainda que este membro do MPF reconheça que ao cidadão comum é dado indignar-se com algumas decisões, e mesmo atitudes de membros, de Tribunais Superiores, a conduta do denunciado transcendeu os limites do razoável e descambou para a incitação criminosa da animosidade entre Forças Armadas e Tribunais Superiores, isto é, instituições civis.

Em outros tempos a conduta talvez fosse tomada apenas como delito contra a honra, porém, no quadro posto a situação é diversa.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Como ensinava Hungria, a incitação e a instigação ao crime, desde que não seguida de efeito, eximia-se à reação penal, salvo quanto aos crimes contra o Estado, em que a *instigatio* ou a *exhortatio* se equiparava à execução.⁹

Embora a lição seja própria do delito de *incitação ao crime* do Código Penal, ela é plenamente aplicável aqui onde se tem modalidade especial de incitação.

Segundo o mesmo autor, a regra da impunidade sofreu uma mitigação quando se percebeu que não poderia ficar impune o incitador, ainda que nenhum delito viesse a ser praticado, quando a incitação fosse feita em público ou dirigida a muitas pessoas.¹⁰

Tal como no Código, a Lei de Segurança Nacional incrimina a tão só incitação em si mesma, é irrelevante a consequência posterior.^{11 12}

De outro lado, não se pode deixar de registrar que em suas manifestações levadas ao público em geral, o acusado, sempre fazendo referência ao fato de ser militar da reserva e acenando com uma eventual intervenção militar, buscava arregimentar simpatizantes a sua causa, em especial, militares, numa postura de evidente confronto com as instituições civis mencionadas.

⁹ - HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*, Vol. IX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1959, p. 165.

¹⁰ - HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*, Vol. IX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1959, p. 165.

¹¹ - HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*, Vol. IX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1959, p. 166.

¹² - É de se registrar que, acaso não tomada nesses termos, isto é, de uma incitação às Forças Armadas que naquele contexto se apresentava como plausível, nem mesmo de ameaça se poderia cogitar, pois a promessa de mal injusto e grave não dependeria exclusivamente do autor da ameaça, o que inviabilizaria o tipo do art. 147 CP.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

É de se destacar que, conforme ressaltado pela autoridade policial e destacado no inquérito policial (Informação 3, Evento 1), os vídeos publicados pelo acusado provocaram relevante repercussão, na medida em que foram visualizados e comentados por milhares de pessoas, na sua grande maioria, simpatizantes à causa intervencionista.

No caso em exame, resta claro e evidente que o acusado era motivado por razões de ordem política, constituídas a partir de suas convicções pessoais, tendo então, aproveitando-se desse cenário sensível de tensão social que vivenciava o país durante o período eleitoral, externado uma conduta destinada a fomentar a animosidade entre Forças Armadas e instituições ligadas ao Poder Judiciário para o fim de garantir que Jair Bolsonaro não fosse prejudicado.

A legítima pretensão de que o candidato, que já fora atacado durante o processo eleitoral e quase perdera a vida, não fosse prejudicado converteu-se naquele ambiente num comportamento ilícito que, como bem disse Hungria, é a mais perigosa incitação, *“a que se faz no seio da multidão em tumulto, cuja extrema sugestionabilidade é bem conhecida”*.¹³ Ainda que se precise adequar aquela leitura aos dias atuais e à incitação ocorrida por meio da *internet*, é perfeita a incidência dela. Fossem outros os tempos talvez de outro modo se resolvessem os fatos.

Segundo Magalhães Noronha, basta à ação de incitar o dolo de realizá-la sabendo que é ou será percebida por um número indeterminado de pessoas.¹⁴ Fragoso a seu turno afirmava que *“à consciência da incitação corresponde a sua seriedade, que é elemento indispensável e fundamental para que se possa reconhecer o crime”*.¹⁷

Não há como recusar a seriedade da conduta no contexto em que praticada.

¹³ - HUNGRIA, Nelson. *Comentários ao Código Penal*, Vol. IX. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 1959, p. 167.

¹⁴ NORONHA, E. Magalhães. *Direito Penal*, 4º Volume. 5. ed. São Paulo: Saraiva, 1972, p. 101. ¹⁷ FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal*, 3º volume, Parte Especial (arts. 227 a 292). São Paulo: José Bushatsky, Editor, 1959, p. 750.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

Por fim, acerca o elemento subjetivo, soa a todo evidente que o crime admite tanto o dolo direto quanto o eventual. Frágoso esclarecia que *“não se exige, porém, vontade dirigida ao fato que é objeto da instigação, bastando que o agente saiba poder causá-lo e assumo o risco de produzi-lo”*.¹⁵

Por todas essas razões é que a conduta realizada pelo denunciado se adequa ao delito insculpido no art.23, inciso II, da Lei 7.170/83.

Registre-se, por fim, que não há nesses autos nenhuma prova colhida no bojo do inquérito policial 4781 que tramita no STF, inicialmente para apurar *fake news* e hoje de amplo objeto, pelo que não restam contaminados os atos de investigação aqui realizados sendo hígida a perseguição penal.

III – DA CONCLUSÃO E DO PEDIDO

Desta forma, agindo como descrito, consciente e voluntariamente, **ANTÔNIO CARLOS ALVES CORREIA** praticou a conduta descrita no **art. 23, inciso II, da Lei 7.170/83**.

Isto posto, recebida a presente, requer este Órgão do *Parquet* a citação do denunciado para vir a responder aos termos desta ação penal esperando ao final por sua condenação, ressalvada a hipótese de aceitação da proposta de suspensão do processo veiculada em cota.

Requer, ainda, a requisição das pessoas abaixo para deporem acerca dos fatos ora narrados:

¹⁵ FRAGOSO, Heleno Cláudio. *Lições de Direito Penal, 3º volume, Parte Especial (arts. 227 a 292)*. São Paulo: José Bushatsky, Editor, 1959, p. 750.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro
47º Ofício

- 1 – [REDACTED] – Escrivão de Polícia Federal.
- 2 – [REDACTED] - Perito Criminal Federal.

Rio de Janeiro, 26 de agosto de 2019.

JOSÉ MARIA PANOEIRO

Procurador da República